

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANILO FERRAZ DE OLIVEIRA OGAMA

OS CONTORNOS POLÍTICOS DA ESFERA ECONÔMICA

CURITIBA

2018

DANILOFERRAZ DE OLIVEIRA OGAMA

OS CONTORNOS POLÍTICOS DA ESFERA ECONÔMICA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa
Coorientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

DANILO FERRAZ DE OLIVEIRA OGAMA

OS CONTORNOS POLÍTICOS DA ESFERA ECONÔMICA

Monografia apresentada como requisito parcial à para obtenção do grau de Especialista no Curso de Sociologia Política, Setor Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa
Departamento Ciência Política, UFPR

Coorientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, **30** de **junho** de 2018.

Esse trabalho é dedicado ao meu
pai, Mario Emílio Tsuneo Ogama.

AGRADECIMENTOS

Certamente estas linhas não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte da minha formação científica. Portanto, desde já peço desculpas àquelas para as quais essas palavras não fazem justiça.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa, pela orientação nesse trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto pela coorientação e sugestão de leituras.

À Secretaria do Curso, pelo atendimento e informações.

Aos meus colegas de sala pela companhia e conversas no pátio.

À Fernanda Henrique, a mais brilhante antropóloga que eu conheço, pelos conselhos e por ser meu referencial de boa escrita.

Gostaria de registrar também o meu agradecimento às minhas famílias, a de sangue e a de eleição afetiva, pelo apoio.

À Sonia Mara Ferraz de Oliveira, mãe, incentivadora e ouvinte.

Ao meu pai, Mario Emílio Tsuneo Ogama, conhecedor da política na prática.

Enfim, à todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa meu muito obrigado.

[...] every choice about money reflects the outcome of a political contest. That is, for every policy choice, there is an alternative that some actors would prefer.

(KIRSHNER, 2003, p. 645)

RESUMO

Esse trabalho procura verificar como especialistas observam a relação entre política e economia, especialmente no que concerne às relações no interior do Estado contemporâneo. O escopo do trabalho se limita a reunir, na bibliografia especializada, argumentos que demonstrem não haver escolhas politicamente neutras no que se refere a decisões econômicas. A primeira incursão nesse debate se faz na abordagem crítica à teoria neoliberal do Estado capitalista. O fundo público busca explicar a constituição de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, impulsionada pelo Estado. Dada sua diferença qualitativa com os agentes privados, ele é capaz de escapar às determinações dos ciclos econômicos e impulsionar a valorização do valor. Porém, só o faz efetivamente se puder transformar os interesses particulares em interesses públicos, se metamorfosear a esfera privada em esfera pública. O segundo debate apresentado, sobre as narrativas do dinheiro, busca revelar outras duas importantes considerações sobre o tema 1) o dinheiro, inegável fundamento do poder econômico, é um criatura da lei; 2) a Ciência Econômica, que é sempre valorativa, pode determinar o caminhos da política.

Palavras-chave: Estado. Dinheiro. Poder.

ABSTRACT

This paper intends to verify how specialists observe the relationship between politics and economics, especially with regard to relations within the contemporary State. The scope of the paper is limited to gathering arguments in the specialized bibliography demonstrating that there are no politically neutral choices regarding economic decisions. The first approach into this debate is in the critical perspective to the neoliberal theory of the capitalist State. The “public fund” seeks to explain the constitution of a new support of production and reproduction of value, driven by the State. Given its qualitative difference with the private agents, it is able to avoid the determinations of the economic cycles and to impel the valorization of the value. However, only does it effectively when transforming private interests in public interests, metamorphosing the private sphere into the public sphere. The second discussion, about the narratives of money, seeks to reveal two other important considerations on the subject: 1) Money, undeniable ground of economic power, is a creature of the law; 2) Economic Science, which is always bias, can determine the ways of politics.

Key-words: State. Money. Power.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1	FUNDO PÚBLICO	14
2.2	A NATUREZA DO DINHEIRO	20
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Um extravagante político americano disse uma vez “*money, is the mother's milk of politics*”¹ (UHLIG, 1987). Afirmar que poder econômico se relaciona com o poder político é trivial, mas não o torna menos verdadeiro, pois, conforme afirmado por Marx e Engels “o governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 2009, p. 56). Weber foi outro grande pensador preocupado com essa interação e acreditava que “política e economia estão intimamente associadas” (SWEDBERG, 2005, p. 108), mas discordava das análises causais e unidirecionais entre economia e política que derivavam do excerto anterior. O dinheiro, incluindo as formas modernas que ele assume, é o fundamento do poder econômico, mas esses autores também estavam preocupados em saber como ele afetava o poder político estatal. Sendo esse um assunto de interesse sociológico clássico, mas que foi posto em descrédito em obras posteriores principalmente pelos críticos ao marxismo, é razoável perguntar quais são os contornos políticos das decisões econômicas que ainda permanecem válidos.

Esse trabalho busca a inserção no debate acadêmico sobre a divisão do poder político e o econômico em esferas distintas. Devido à especialização do conhecimento, tende-se a imaginar que a realidade é também fragmentada, quando na verdade a economia e a política não são rigidamente separadas:

Quando alguém fala sobre a relação entre economia e política em termos muito gerais [...] pode dar a impressão de que elas constituem duas esferas separadas na sociedade moderna. Mas a visão de Weber era a de que política e economia estão intimamente associadas e muitas vezes devem ser analisadas juntas (SWEDBERG, 2005, p. 108).

Contrariando a retórica da suposta neutralidade tecnocrática das Ciências Econômicas, parte-se do princípio de que as decisões econômicas são sempre resultados de escolhas políticas, para cada escolha há outra pela qual outro grupo iria preferir. Para entender como é possível analisar essa relação sem menosprezar

¹ “Jesse M. Unruh, a flamboyant Democratic politician who for a time wielded national influence from his base in California government, died of cancer Tuesday night at his home in Marina del Rey, Calif. He was 64 years old. [...] After losing his Speaker's post in 1968 and suffering a series of political setbacks, Mr. Unruh was elected State Treasurer in 1974, an obscure post whose duties had long emphasized bookkeeping. In characteristic fashion, he soon transformed the job into a source of financial and political power that reached from California to Wall Street. ‘Money,’ he was quoted as saying, ‘is the mother's milk of politics’” (UHLIG, 1987).

os avanços reais e teóricos sobre o tema, reúnem-se na literatura especializada construções teóricas que (re)estabelecem a relação entre política e economia, emblematicamente representada pelo conceito de fundo público e pela teoria cartalista do dinheiro.

O fundo público é um conceito que não abarca apenas os recursos estatais, mas uma dialética que agrega, na mesma unidade, “a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada” (OLIVEIRA, 1993, p. 139), portanto, é uma visão diametralmente oposta à concepção neoliberal de economia e contrária à cisão da esfera econômica e esfera política no âmbito estatal. O conceito também atua como pano de fundo, como caracterização do terreno no qual se travam as atuais disputas pelo poder econômico e político. Essa proposição surge para compreender a crise recente da acumulação de capital e sua relação com a ação do Estado. A crise estrutural do modelo de acumulação, dominante desde o pós-guerra até os anos 1970, culminou no profundo processo de metamorfose do capital com vistas à recuperação do seu potencial de valorização, acarretando na defesa dos interesses privados pelo Estado, “mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformarem em interesses gerais, públicos” (OLIVEIRA, 1993, p. 138). No item 2.1 são abordadas várias das questões referentes ao dinheiro, que só se tornam claras quando observadas pela ótica da teoria cartalista. Apesar disso, o exame mais detalhado sobre a natureza do dinheiro só aparece na seção subsequente. Não se trata de um erro, porque o assunto abordado é um todo composto por partes interdependentes e conectadas e qualquer outra ordem eleita para apresentá-lo seria igualmente artificial. É, do mesmo modo, complexo tentar compreender a lógica do dinheiro estatal sem que se apresente uma teoria do Estado contemporâneo. Sendo assim, cada seção só pode representar um momento particular da pesquisa e necessita do conjunto para ser compreendida.

O dinheiro está presente na vida cotidiana, influencia decisões e determina comportamentos. Ainda assim, se questionarmos alguém sobre sua natureza, a resposta usual se assemelha à de Mr. Dombey ao tentar sanar a dúvida do seu filho Paul (DICKENS, 1848, p. 67). “Eliminar o Estado da análise dos fenômenos econômicos pode ser apropriado para a análise econômica teórica, diz Weber, mas não para a sociologia econômica” (SWEDBERG, 2005, p. 108). Analogamente, eliminar o papel do dinheiro dos fenômenos políticos pode ser apropriado para a

teoria política, mas não para esse estudo. A Sociologia Política ocupa-se do comportamento de atores e instituições e como eles se organizam segundo seus interesses. É na teoria econômica, segundo Weber, que “o tipo de análise das ações movidas pelo interesse chega à sua expressão mais clara entre as ciências sociais”. Como política e economia estão “intimamente associadas”, pode ser mais apropriado que essas questões sejam debatidas conjuntamente (SWEDBERG, 2005, p. 108). Partindo-se da teoria cartalista é possível estabelecer essa ponte, nessa abordagem dinheiro é dívida e criatura do Estado, concepção diametralmente oposta à teoria metalista da moeda². A teoria metalista, ainda dominante, sustenta a retórica padrão, obscurece fatos e espalha mitos sobre o dinheiro e a dívida pública com efeitos poderosos. “[...] the power of ideas does more than just shape the possible. It defines the feasible. Ideas about money can profoundly shape policy in ways divorced from the economic logic or merits of those ideas” (KIRSHNER, 2003, p. 655).

Embora muito já tenha sido dito sobre política, Estado e dinheiro esses assuntos são inesgotáveis. Seja porque a realidade empírica está em constante mudança, seja porque novos olhares estão surgindo; é certo dizer que o tema ainda é atual e relevante.

No item 2.1 é apresentado o conceito de fundo público e como ele explica a nova interação entre Estado (público) e mercado (privado). Devido à crítica ao conceito de classes realizado pelo elitismo são apresentadas algumas considerações sobre a diferença entre poder de Estado e aparelho de Estado. O objetivo é mostrar como a teoria classista da política pode explicar a relação contemporânea entre economia e política no interior do Estado.

No item 2.2 apresenta-se o debate entre metalistas e cartalistas, ressaltando as diferentes visões sobre o papel do Estado no desenvolvimento do dinheiro. O objetivo é demonstrar que toda decisão sobre dinheiro é sempre uma escolha política. Também é preciso derrubar o mito de que o governo precisa dos impostos para pagar suas dívidas. São antes os contribuintes que precisam ofertar trabalho para além do mínimo da sobrevivência a fim de sanarem suas dívidas com o poder estatal.

² “Under the Metallist vision, the state takes a back seat to the market. Chartalist theory, however, places the state centre-stage” (BELL, 2001, p. 154)

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nas Ciências as palavras possuem *status* de conceitos, ou seja, é preciso que os adjetivos e substantivos sejam tratados não segundo o uso coloquial, mas como tentativa de apreensão da realidade. Nas ciências naturais, a considerável univocidade dos conceitos, propiciada pela possibilidade de determinação numérica, concede uma vantagem inegável a essa interpretação da realidade (FREUND, 1975, p. 47). Se conceitos da Física como *potência*, *força* e *massa* podem ser expressos em suas quantidades e padrões de medida amplamente aceitos, inclusive pelo público leigo, o mesmo não pode ser dito sobre as noções de *capitalismo*, *socialismo*, *totalitarismo* ou *democracia*. Mas se a mensuração dos conceitos é um problema típico das ciências sociais, isso não implica que a análise seja imprecisa, subjetiva ou mesmo opinativa.

É um erro acreditar que não haveria conhecimento científico válido que não fosse de ordem quantitativa. Com efeito, a quantificação e a medida são e não são senão processos metodológicos. Como tais, não poderiam constituir o fim da ciência, pois este consiste na verdade para todos os que querem a verdade. [...] O fato de ter sido o conhecimento matemático cronologicamente o primeiro a alcançar o rigor científico não lhe confere nenhuma superioridade lógica. Com efeito, o processo matemático opera, como qualquer outro, uma seleção entre os aspectos da realidade infinita; só valem, pois, dentro dos limites dos postulados que lhe são próprios, sem jurisdição sobre o que se acha no exterior. Por conseguinte, não constitui um método universal nem tampouco exemplar (FREUND, 1975, p. 35).

Como conferir status científico aos estudos das sociedades (ciências sociais; da cultura; do espírito; da história) sem cair no reducionismo positivista já foi objeto de litígio de grandes pensadores da Sociologia e áreas afins (FREUND, 1975, p. 37). Excede os propósitos desse trabalho retomar tal discussão, apenas reitera-se que a objetividade do argumento não é monopólio das ciências da natureza. A opção metodológica é uma escolha mais ou menos consciente de que cada ciência reivindica para si a capacidade de explicar algum aspecto da realidade. Mesmo a simples divisão ciências da natureza e ciências da cultura não é suficiente para descrever o conhecimento científico atual, muito mais compartimentalizado:

Como bem explica Sartori, o problema da multiplicidade de abordagens sobre o social não se resolve forçando uma homogeneidade dos saberes sob o guarda-chuva da Ciência Social ou estabelecendo que uma das ciências do social é superior às demais. Não é possível negar a divisão do trabalho na produção dos saberes sobre a sociedade. É a partir dos ganhos da especialização das ciências que devemos pensar no diálogo entre elas. Aí se encontra a diferença da Sociologia Política: sua vocação é ser uma ciência interdisciplinar, seu papel é o de construir “híbridos interdisciplinares” na fronteira dos saberes constituídos (SOUZA, 2009, p. 10).

O viés interdisciplinar desse capítulo é fundamental para compreender como esse trabalho se insere no debate da Sociologia Política. A começar pela bibliografia, composta por pensadores de diversas áreas do conhecimento. Entre eles pode haver diferenças quanto à ideologia, matriz teórica e/ou proposições práticas. Essa heterogeneidade está de acordo com o entendimento de que não se faz ciência saltando de verdade em verdade, o método “correto” é aquele que viabiliza a viagem lógica entre a premissa e a conclusão, sendo essa última sempre momentânea e parcial.

Para o senso comum estabelecer os limites da política e da economia pode parecer simples e ponderar demais sobre isso é pedantismo acadêmico. Contudo, a ciência é capaz de desenvolver formas de compreender o mundo porque exige consistência lógica e argumentação objetiva. Para os leigos, o gasto do governo ainda é atravessado por mitos sobre os quais poucos se atrevem ou têm conhecimento para contestá-los. A ciência, portanto, pode contribuir para a vida prática fornecendo conhecimento técnico, métodos de pensamento e clareza; ela pode “mostrar que tal ou qual posição adotada deriva, logicamente e com toda clareza, quanto ao significado de tal ou qual visão última e básica do mundo” (WEBER, 2011, p. 56). Esse é o objetivo geral desse capítulo, que para fins de argumentação, foi dividido em dois itens nos quais são apresentados o conceito de fundo público (2.1) e um modelo de explicação sobre a natureza do dinheiro (2.2).

2.1 FUNDO PÚBLICO

Em seu popular ensaio apresentado como prova de erudição no Concurso de Professor-titular de Sociologia na Universidade de São Paulo (USP), Francisco de Oliveira argumenta que o conceito de fundo público ajuda a interpretar a nova relação entre os recursos econômicos do Estado e a valorização do capital (OLIVEIRA, 1993). A questão motivadora do seu estudo é investigar os “processos

pelos quais o capitalismo perdeu sua capacidade auto-regulatória” (OLIVEIRA, 1993, p. 136).

A crise estrutural do capitalismo carecia de uma explicação adequada ao quadro político da social democracia, também chamado de período keynesiano-fordista³, que demonstrava, já nos anos 1970, ter atingido seu esgotamento (ANTUNES, 2009, p. 31). No que concerne ao pensamento neoliberal, a razão para a crise estava justamente na inconveniente tendência de o Estado “intervir” nos assuntos privados do mercado. “Intervenção estatal”, segundo o autor, “é um pseudoconceito, que funciona como panacéia. À sua simples enunciação, tudo parece revelar-se, e um processo dos mais complexos é acometido de reducionismo empobrecedor que, de resto, denuncia sua matriz ideológica” (OLIVEIRA, 1993, p. 138).

O termo equivocadamente confere ao Estado uma exterioridade frente à economia capitalista. A implicação direta desse artifício é transformá-lo num agente econômico como qualquer outro, com interesse e finalidade econômica própria. Nesse momento o termo perde seu rendimento explicativo. Se o Estado foi reduzido a um agente homólogo aos agentes privados, qual a diferença qualitativa de sua ação frente aos outros agentes? De que serve um conceito que qualifica a ação do Estado de “intervenção” quando ele foi reduzido ao status de todos os agentes?

Poderia a crítica neoliberal justificar seu argumento afirmando que devido ao seu tamanho o Estado é capaz de elidir as leis do mercado, escapando das determinações ou dos infortúnios dos ciclos econômicos. Empiricamente, é difícil estabelecer a régua com a qual se mede o tamanho de um Estado, pois alguns

³ O Fordismo é um conceito complexo e pode caracterizar mais do que simplesmente a produção em série segundo o modelo adotado por Henry Ford em 1914. Quanto a John Maynard Keynes sua principal contribuição foi revolucionar o pensamento econômico após a crise de 29, desbancando o paradigma marginalista e liberal dominantes, além de contribuir decisivamente para a reorganização da economia mundial no pós-guerra. Contudo, cabe lembrar que o período em questão se encerra justamente pela crise econômica deflagrada em 1970, que estava atrelada a política monetária adotada em Bretton Woods e que contrariava as recomendações do próprio Keynes. Na Conferência de Bretton Woods sua proposta de criar uma autoridade monetária internacional foi rejeitada em favor do Plano White que estabeleceu o padrão dólar-ouro e a dolarização do comércio internacional. Em 1971 o então presidente Richard Nixon decidiu unilateralmente e sem qualquer aviso não mais honrar a conversibilidade da moeda estadunidense, o calote da dívida americana (Nixon Shock) visava defender a economia americana que entrava a estagflação, mas gerou uma série de ataques especulativos contra o dólar e um problema igualmente complicado para outros países (IRWIN, 2012). A criação da moeda internacional (bancor) como se pretendia no Plano Keynes poderia muito bem ter evitado pelo menos essa situação (FILHO, 1994).

critérios, ainda que possam ser quantificados (gastos; receitas; estoque de riqueza; posse de empresas estatais; servidores públicos), não revelam de imediato o poder de decisão da autoridade burocrática. Se o parâmetro for exclusivamente a capacidade orçamentária, há empresas que possuem “tamanho econômico” de Estados, “[...] as maiores empresas multinacionais manejam recursos superiores ao da grande maioria dos Estados latino-americanos, asiáticos e africanos” (OLIVEIRA, 1993, p. 138). A separação entre Estado e economia é muito diferente da radical separação entre Estado e sociedade, esse sim seria um reconhecimento “metodologicamente correto e ideologicamente salutar” (OLIVEIRA, 1993, p. 138). É justamente por causa dessa separação que o Estado se diferencia qualitativamente dos outros agentes. É isso que faz sua ação única, “[...] é isso que a torna qualitativamente diferente e *immune* aos azares dos negócios privados; sua racionalidade é de outro nível, formada por outros elementos e sujeita a outras determinações e contradições” (OLIVEIRA, 1993, p. 138).

Outro mal-entendido causado pelo conceito de “intervenção” é fazer parecer que o Estado toma iniciativas em momentos singulares, de forma tópica e reativa, quando na verdade está se consolidando uma relação permanente de extrapolação dos espaços privados. Quando se diz que o Estado parece ter um interesse próprio, ele está na verdade operacionalizando interesses privados, porque a própria esfera privada se metamorfoseou com a esfera pública. Na prática, o Estado assegura os interesses privados de uma classe, “mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformarem em interesses gerais, públicos” (OLIVEIRA, 1993, p. 138).

Mas o debate sobre dívida pública tem guiado a discussão para outro caminho. Os economistas sabem que não há qualquer lei natural que determine o teto ou a proporção ideal entre dívida pública e PIB, ainda assim, o mito persiste porque a aprovação de políticas de austeridade fiscal torna o orçamento público um bem virtualmente escasso, exigindo que a economia do país realize esforços desnecessários cujo resultado final é a valorização do capital privado⁴. Ex-CEO do *Federal Retirement Thrift Investment Board* e por trinta e dois anos *federal debt*

⁴ “As políticas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo brasileiro em 2015 reaqueceram o debate em torno da questão crucial do orçamento e dos gastos do governo: até que ponto a maior parte das despesas do Estado, tais como assistência e previdência sociais e a oferta de serviços públicos de qualidade, pode ser negligenciada em favor de uma determinada classe?” (ALMEIDA e colab., 2016, p. 143)

manager do U.S Treasury Department, o economista Francis X. Cavanaugh conta, com espanto, como o temor sobre o aumento da dívida pública se popularizou:

I was further shocked when my wife told me that her mother and her mother's neighbor, both elderly widows, said they were willing to go without a cost-of-living increase in their modest Social Security incomes to help the President reduce the public debt. I said to myself, "We have clearly gone too far in frightening people about the national debt." There had been many volunteer efforts, such as bake sales, by schools children and patriotic citizens to raise money to send to the U.S. Treasury to help reduce the debt, but I always viewed them as constructive expressions of our national sense of community. It is an entirely different matter to take a widow's mite – causing little old ladies throughout the country to water down their soup so they can contribute to reducing the federal debt. I there is to be a final Judgment Day, we could get hell for that (CAVANAUGH, 1996, p. x).

Não muito diferente desse caso, há quem apoie a reforma da previdência (PEC 287/2016) ou o teto do gasto público (PEC 241) com o pretexto de se evitar o endividamento insustentável do Estado. Propostas que, se aprovadas, reforçariam a busca pelo "orçamento equilibrado", já presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). Esse é um exemplo no qual um interesse particular pode se tornar objetivo de todos os governos, evitando inclusive que o assunto se torne objeto de deliberação constante e precise ser negociado repetidamente com possíveis novos representantes⁵. A teoria neoliberal e monetarista teve muito mais aderência ao discurso comum, apesar do debate histórico com o Cartalismo que só obteve grande repercussão política nos anos 1930, quando serviu de inspiração para o economista John Maynard Keynes reformular a teoria econômica do Estado:

A grande transformação no Estado, que a revolução teórica keynesiana formalizou, é, em primeiro lugar, a de sua autonomia fiscal. Que significou o abandono da posição de subalternidade fiscal, situação real do Estado até os dias da Grande Depressão, à qual correspondia a teoria fiscal do Estado, do gosto liberal, e de formulação neoclássica. O Estado doméstico, dono-de-casa, que gastava apenas o que arrecadava e tão-só depois de arrecadar. Um Estado sempre *ex-post* (OLIVEIRA, 1993, p. 140).

Mas o que tem se apresentado no cenário político das decisões econômicas e que interessa a essa pesquisa não é verificar o destino dos recursos do Estado. A

⁵ Fato que corrobora com entendimento de que democracia e capitalismo não possuem qualquer "afinidade eletiva", o fato de eles existirem juntos em algum momento é apenas fortuito, sem nenhuma garantia de que se repetirá. Weber entendia que, "em geral, os capitalistas não têm uma inclinação muito grande pela democracia, preferindo lidar com uma única autoridade nos bastidores a lidar com um grande número de autoridades democraticamente eleitas" (SWEDBERG, 2005, p. 137).

questão é denunciar a falsa neutralidade política das decisões econômicas. A administração do dinheiro, em qualquer época ou lugar, é sempre uma questão política. A hipertrofia do mercado financeiro e das finanças globais obscurece o inevitável engajamento político da política fiscal e monetária. Por fazer parecer que as “forças do mercado” operam num nível além, dissociado da política, cria-se a ilusão de que gerir a economia é um ato tão imparcial quanto observar o movimento dos astros. Os que ocupam os aparelhos do Estado até podem estar limitados a um conjunto de determinações lógicas da economia, porém, qualquer escolha realizada dentro desta delimitação é inevitavelmente política (KIRSHNER, 2003). Nesse sentido:

O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele Não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um “*mix*” que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou política, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor do antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é a capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução ampliada. A metáfora que eu usaria vem da física: o antivalor é uma partícula de carga oposta que, no movimento de colisão com a outra partícula, o valor, produz o átomo, isto é, o novo excedente social (OLIVEIRA, 1993, p. 139).

Francisco de Oliveira, inteligentemente, demonstra o quanto a teoria política precisa compreender o processo contemporâneo de valorização do valor e demonstra como as mudanças empiricamente verificáveis na política não divorciaram o econômico do político. Além da óbvia objeção ao pensamento neoliberal, essa perspectiva é uma releitura da análise classista da política, é mister que se façam alguns apontamentos sobre a crítica da teoria das elites a essa corrente:

A teoria das elites, como se sabe, é uma crítica à teoria marxista da classe dominante e uma tentativa de refutar a tese segundo a qual o poder político, ou mais precisamente, “os recursos políticos da classe dominante” *derivam* do seu poder econômico – ou mais exatamente “da posse dos recursos econômicos” (CODATO e PERISSINOTTO, 2009, p. 145).

Essa interpretação estava marcadamente balizada pelo sentimento de transformação profunda da estrutura capitalista, conforme foi apresentado no início dessa seção. “Os neo-elitistas argumentarão inclusive que as transformações do sistema capitalista desde meados do século XX [...] teriam tornado obsoleta a ideia de uma classe *ao mesmo tempo* política e economicamente dominante” (CODATO e PERISSINOTTO, 2009, p. 145). Independentemente do diálogo que possa existir entre as duas propostas⁶, é preciso ressaltar a caracterização grosseira do marxismo, enquanto teoria do Estado, realizada pelos teóricos do elitismo (CODATO e PERISSINOTTO, 2009, p. 148). Um argumento filistino comum, e presente nessa crítica, é reduzir o marxismo a uma teoria economicista, na qual os agentes políticos estariam a serviço dos agentes econômicos:

Daí se poderia chegar a uma definição do método marxista que poderia ser resumido na seguinte fórmula: a dialética marxista é aquela teoria que explica o comportamento dos indivíduos por seus interesses materiais, sobretudo os econômicos. Eu acho que se se definir o método marxista nesses termos, o fundador deste método não seria Marx, nem Engels, mas Adam Smith e os seus representantes atuais seriam provavelmente Milton Friedman e a Escola Monetarista de Chicago. O que estou querendo mostrar é que ela não é uma boa definição do marxismo (LÖWY, 2015, p. 25–26).

Essa visão distorcida do marxismo supõe haver nessa teoria uma sobreposição entre classe econômica e classe política. Haveria, portanto, um controle da burocracia estatal exercido pelos membros da classe economicamente dominante.

O conceito de “classe dominante” é, lembra Poulantzas, bem mais complexo do que a versão caricatural dele apresentada por Wright Mills. É possível ler, nos clássicos do marxismo, inúmeras análises que assinalam a defasagem e a dessemelhança entre a classe economicamente dominante e a classe politicamente dominante.

Essa falsa atribuição não respeita a separação, presente no marxismo clássico, entre poder do Estado e aparelho do Estado. O primeiro diz respeito ao poder social exercido por meio das instituições estatais e o segundo ao lugar de exercício do poder, conseqüentemente, não há qualquer impedimento para que o

⁶ “Na realidade, da nossa perspectiva, é mais razoável pensar que *o conceito de elite pode ajudar a operacionalizar empiricamente a análise classista da política*” (CODATO e PERISSINOTTO, 2009, p. 149).

poder esteja nas mãos da classe dominante e a burocracia seja gerida por alguma outra categoria social (CODATO e PERISSINOTTO, 2009, p. 146).

Os conceitos até aqui apresentados têm o objetivo de mostrar como a teoria classista da política pode explicar a relação contemporânea entre economia e política no interior do Estado. Essa bibliografia ajuda a compreender como se reproduz a luta de classes dentro da dinâmica social contemporânea. O interesse econômico particular da classe capitalista em valorizar o valor foi metamorfoseado em interesses públicos que reproduzem a luta de classes, i.e., a estrutura de classes. É falsa a proposição que alega exterioridade econômica do Estado no capitalismo. O Estado, agrupamento político moderno típico, é claramente atuante nos interesses econômicos privados. No próximo item é apresentada a natureza do dinheiro.

2.2 A NATUREZA DO DINHEIRO

Entre 1899 e 1919, as ilhas Carolinas, atualmente Estados Confederados da Micronésia e a República de Palau, eram colônias da Alemanha. No extremo oeste do arquipélago, há uma pequena ilha, com não mais que 100 km² de terra, chamada Yap (Waqab, no idioma local). Apesar de a sua relevância econômica nas finanças mundiais ser imperceptível, a ilha é famosa entre os economistas monetários, numismáticos e outros estudiosos do dinheiro. Em 1903 o antropólogo Willian Henry Furness III passou vários meses nesse local fazendo trabalho de campo e ficou muitíssimo impressionado com o sistema monetário que testemunhou. Sete anos depois o relato dessa experiência foi publicado em livro, recebendo o nome de *A ilha da pedra moeda*, responsável por popularizar o sistema monetário dos ilhéus entre os acadêmicos e curiosos. O relato do antropólogo, resumidamente apresentado a seguir, é de fonte secundária disponível em *Episódios da história monetária* (FRIEDMAN, 1994).

A população de Yap, entre 5.000 a 6.000 habitantes, utilizava moedas de pedra chamadas *fei*. Eram sólidas e grossas rodas feitas de calcário extraído de outra ilha que ficava a uns 640 quilômetros de distância, e moldadas com diâmetros que iam de 30 centímetros a 4 metros. Elas eram extraídas e moldadas nessa ilha, depois levadas para Yap, equilibradas por corajosos navegadores em canoas ou balsas. O valor de cada moeda era proporcional ao seu tamanho, quanto maior seu

diâmetro mais valor ela continha. Em seu centro havia um buraco cuja largura dependia do diâmetro total da pedra e no qual podia ser inserido um pedaço de madeira que auxiliava o transporte da moeda. Contudo, não era necessário que a pedra fosse movida de lugar para que a troca fosse realizada:

Depois de fazer um negócio que envolva o preço de um *fei* que seja grande demais para ser transportado com facilidade, o novo dono contenta-se perfeitamente em aceitar o mero reconhecimento da propriedade, e sem nem mesmo uma marca para indicar a troca, a moeda fica tranquila na casa do antigo dono (FRIEDMAN, 1994, p. 18).

Segundo o relato de Fatumak, um dos habitantes da ilha, havia uma família cuja riqueza era indiscutível e por todos reconhecida. Sua fortuna baseava-se em uma pedra-moeda enorme que, no entanto, ninguém, nem mesmo a própria família havia visto ou tocado nessa riqueza. Segundo os relatos, há muitos anos, pelo menos três gerações passadas, um ancestral da família seguiu numa expedição com o intuito de trazer um magnífico *fei*. No momento em que rebocava com sua balsa aquela impressionantemente valiosa pedra, ele e o grupo que o acompanhava foram acometidos por uma violenta tempestade. Para salvar suas vidas o grupo foi obrigado a cortar as amarras da balsa de transporte, deixando a pedra à deriva, até que afundou. Apesar desse infortúnio a família não ficou no prejuízo. Quando desembarcaram em casa novamente os companheiros de viagem testemunharam que a magnífica moeda se perdera sem que o proprietário tivesse qualquer grau de culpa. Pela fé no relato de que a pedra era extraordinária e havia sido esculpida corretamente, todos passaram a concordar que o episódio do afundamento era irrelevante, alguns metros de água que separavam os ilhéus da pedra não deveriam afetar seu valor de mercado. O poder aquisitivo da pedra era tão válido como se ela estivesse à vista de todos. A fortuna da família estava garantida.

Outro relato curioso ocorreu quando os alemães colonizadores impuseram uma multa aos nativos por desobediência à ordem de manutenção e reparo das estradas. Em Yap não existiam veículos sobre rodas, logo, não havia estradas para carroças, apenas trilhas. Quando o governo alemão comprou o território da Espanha, exigiu que os chefes dos vários distritos melhorassem as condições das estradas. No entanto para a necessidade dos nativos, que andavam descalços, blocos de coral polidos já eram suficientes. Para forçar o cumprimento das obras de reparo o governo decidiu cobrar uma multa aos chefes pela desobediência. Mas

como cobrar a multa se na ilha não circulava o marco alemão⁷? A solução encontrada foi enviar um representante do governo a cada distrito desobediente para que ele marcasse uma cruz com tinta preta em certo número de *fei* mais valiosas, indicando que o governo alemão reivindicava sua posse para si. O efeito foi imediato, o povo, tristemente empobrecido, reparou as estradas. Concluída a obra, verdadeiras pistas cortando a ilha de ponta a ponta, os representantes do governo retornaram para os distritos e apagaram as marcas de tinta. Os ilhéus estavam ricos novamente.

Essas histórias costumam provocar reações hilariantes, de surpresa, descrença ou mesmo de desdém em quem as escuta pela primeira vez. Poderia um povo ser assim tão ingênuo? Como um sistema tão ilógico como o relatado pode funcionar? Para mostrar que essa história é, na verdade, bem familiar, caberia mostrar quão exótico a economia capitalista moderna pode ser.

Logo após a crise de 1929, o Banco da França temia que os Estados Unidos não honrassem a conversão de US\$20,67 para cada onça de ouro, flexibilizando o padrão dólar-ouro vigente. Para se precaver, o banco francês apostou contra o dólar, pediu que o *Federal Reserve Bank* de Nova York⁸ convertesse parte dos seus ativos de dólares em ouro. Considerando a dificuldade logística de se transportar lingotes de ouro de um lado a outro do Oceano Atlântico, o Banco da França solicitou que os lingotes ficassem sob a tutela e segurança do próprio *Federal Reserve Bank*. Atendendo a solicitação francesa os funcionários do Banco simplesmente foram até os cofres que armazenavam o ouro e separaram em gavetas identificadas com um selo ou com uma marca o montante correspondente aos franceses. Não seria muito diferente se as gavetas fossem marcadas com uma cruz de tinta preta, tal como os alemães marcaram as pedras que tomavam para si em Yap. O sentimento de empobrecimento dos EUA foi tão grande quanto sentiram os habitantes de Yap quando tiveram suas pedras confiscadas pelos alemães. As consequências econômicas foram imediatas:

⁷ Goldmark: como era conhecida a moeda alemã entre 1873 e 1914.

⁸ O *Federal Reserve System* é composto por doze distritos, em cada um deles há um banco regional. O *Federal Reserve Bank* de Nova York é responsável pelo segundo distrito.

O resultado foi manchetes nos jornais financeiros sobre a “perda de ouro”, a ameaça ao sistema financeiro americano, e coisas assim. As reservas de ouro americanas tinham caído, as francesas tinham aumentado. Os mercados consideravam o dólar americano mais fraco, o franco francês, mais forte. A chamada drenagem de ouro dos Estados Unidos pela França foi um dos fatores que acabaram por levar ao pânico bancário de 1933 (FRIEDMAN, 1994).

Mas qual é a diferença entre acreditar que os Estados Unidos estavam mais pobres e a França mais rica, só porque o *Federal Reserve Bank* havia transferido ouro de uma gaveta para outra, e a boa fé dos nativos de Yap de que uma gigantesca pedra moeda submersa fazia uma família local extraordinariamente rica? Transferir metais de gavetas e pintar pedras com tinta, qual dessas ações é a mais racional? Uma pedra esculpida pode ser racionalmente aceita como a manifestação real da riqueza? E lingotes de ouro?

Em célebres momentos da história vidas foram desperdiçadas no afã por extrair um metal dourado das profundezas da terra para, depois do devido tratamento, ser enterrado novamente em grandes cofres subterrâneos de algum banco. Uma pedra esculpida ou um metal refinado, qual é o modo mais lógico de representar o valor monetário? E afinal, o que confere valor econômico ao dinheiro?

A falta de consenso sobre essas questões são indícios de que, no geral, se sabe muito pouco sobre dinheiro. Não é possível conhecer a realidade apenas pela observação, mas até isso não parece suficiente para justificar o geral desconhecimento sobre o dinheiro, nesse caso a ignorância pode ser provocada pelos próprios economistas. Uma das mais importantes pensadoras de teoria econômica do século XX, Joan Robinson, afirmara que “the purpose of studying economics is not to acquire a set of ready-made answers to economic questions, but to learn how to avoid being deceived by economists” (ROBINSON, 1955, p. 30), fato que parece especialmente verdadeiro sobre o dinheiro. Essa má-fé dos economistas também foi denunciada por John Kenneth Galbraith, suas palavras não poderiam ser resumidas sem que se perdesse seu sentido e força:

Muitas discussões sobre a moeda envolvem excessiva superposição de encantamento sacerdotal. Em parte, isto é proposital. Os que falam e ensinam sobre a moeda e ganham a sua vida trabalhando com ela adquirem prestígio, estima e retorno pecuniário, tal como um médico ou feiticeiro, cultivando a crença de que possuem uma associação privilegiada com o oculto - que possuem habilidades que não são de modo algum acessíveis ao indivíduo comum. Embora profissionalmente recompensadora e pessoalmente lucrativa, essa também é uma forma de fraude muito bem consolidada. Não há coisa alguma sobre a moeda que não possa ser compreendida pelas pessoas de curiosidade, diligência e inteligência apenas razoáveis. E apesar dos eventuais erros de interpretação ou fato que esta estória possa conter, não há qualquer erro, disso o leitor pode estar seguro, que resulte de simplificação excessiva. O estudo da moeda, acima de todos os outros campos da Economia, é aquele em que a complexidade é usada para disfarçar a verdade ou fugir a ela, e não para revelar. Muitas das coisas na vida - automóveis, amantes, câncer - são importantes somente para os que as possuem. O dinheiro, ao contrário, é igualmente importante para os que o têm e os que não o têm. Ambos, portanto, devem estar interessados em compreendê-lo. Ambos devem estar seguros de poderem compreendê-lo (GALBRAITH, 1983, p. 5).

Talvez a maior prova do desconhecimento sobre o papel e a natureza do dinheiro se expresse na total ignorância sobre o mecanismo do gasto público. Por exemplo, ao difundir a crença de que o Estado precisa receber o dinheiro dos contribuintes para honrar suas dívidas, já que o governo nunca pode gastar mais do que arrecada, os economistas inventam uma profecia autorrealizável, “other policies become unsustainable, solely because of the belief that they are unsustainable” (KIRSHNER, 2003, p. 654).

Não existem ideias órfãs, Lord Keynes uma vez advertiu que homens pragmáticos que acreditam pensar por si mesmos são normalmente escravos de um economista morto (KEYNES, 1985) e economistas, assim como qualquer outro cientista, não pode flutuar pelo conhecimento livre de todas as determinações sociais que o formaram. Sabe-se que quando a ciência possui significados e aplicações políticas ela também passa a responder politicamente. Mas qual o papel da teoria do dinheiro na política econômica? Para esclarecer essa querela deve-se retornar ao famoso debate entre Metalistas e Cartalistas.

Reconhecem-se ao menos duas grandes narrativas sobre a origem do dinheiro moderno. Da concepção metalista tem-se que o dinheiro surgiu das trocas naturais de produtos (escambo⁹). Como surgiu espontaneamente, deveria ser algo

⁹ Esse argumento, além de arqueologicamente absurdo (GRAEBER, 2016, p. 32–57), também conduz a uma teleologia do capitalismo. O surgimento do modo de produção capitalista seria um passo inevitável da história humana porque resulta de expansões graduais da troca de mercadorias.

útil, com valor intrínseco, de onde deriva o entendimento de que o dinheiro precisa ser um metal, normalmente prata ou ouro (BELL, 2001, p. 151–152). Ironicamente o dito popular “brotou da pedra” parece adequado a essa “história” do dinheiro. Segundo essa visão o dinheiro nasceu na esfera privada pacificamente, como uma forma de facilitar as trocas e resolver o problema da dupla coincidência de desejos, o Estado participa apenas para sancionar o padrão do dinheiro.

O principal expoente do Cartalismo foi sem dúvidas George Friedrich Knapp¹⁰. A grande diferença com o Metalismo é que “under the Metallist vision, the state takes a back seat to the market. Chartalist theory, however, places the state centre-stage”, mais especificamente, “[...] Chartalists recognize the power of the state to demand that certain payments are made to it and to determine the medium in which these payments must be made” (BELL, 2001, p. 154). Esse fato sem dúvidas chamou a atenção da sociologia econômica, ou ciência socioeconômica (*Sozialökonomik*) de Weber¹¹:

É interessante notar que grande parte do que Weber escreveu sobre política monetária sofreu a influência de seu colega G. F. Knapp, que, em 1905, publicou um tratado intitulado *The State Theory of Money*. Knapp sugere que o dinheiro deve ser visto a partir de uma perspectiva legal-estatista e que essa perspectiva pode ser usada para analisar uma série de questões importantes da teoria monetária. “O dinheiro é uma criatura da lei”, começa o livro, e Knapp explica depois que isso significa que “o dinheiro (...) é uma criação da atividade legislativa do Estado” (SWEDBERG, 2005, p. 135).

O método inovador de Knapp não rendeu só elogios. Entre os que ficaram aborrecidos com as implicações da teoria cartalista está Ludwig Von Mises, que achava que as conclusões de Knapp “glorificavam o Estado” (SWEDBERG, 2005, p. 136). É possível que essa crítica aponte para o fato de que Von Mises estava mais preocupado com as repercussões políticas da teoria cartalista do que para as evidências científicas que a embasavam. Seria indício de desonestidade intelectual

¹⁰ “The Chartalist theory, in its most general form, is perhaps best described in George Friedrich Knapp’s 1924 (sic) work, *The State Theory of Money*. As the title suggests, the state plays a central role in the development and establishment of money” (BELL, 2001, p. 154). A obra fora publicada na Alemanha em 1905 e, dezanove anos depois, na Inglaterra em 1924.

¹¹ “A obra de Knapp tornou-se popular entre os economistas alemães antes da Primeira Guerra Mundial e, segundo Weber, *The State Theory of Money* é ‘uma obra-prima’” (SWEDBERG, 2005, p. 135) ao que a história registra o reconhecimento intelectual entre os dois era mútuo “Weber logo produziu um livro imenso sobre o tópico que lhe fora encomendado, *As condições dos trabalhadores agrícolas ao leste do Elba* (1892), que se tornou um grande sucesso e foi publicamente elogiado pelo maior especialista no assunto, G. F. Knapp. Segundo Knapp, Weber tinha iniciado uma abordagem inteiramente nova do tópico: ‘nossos conhecimentos especializados foram superados – temos de voltar a aprender do começo’” (SWEDBERG, 2005, p. 322).

do autor, que tentava obscurecer fatos científicos como apontou Galbraith, ou será que a inteligência não era sua característica mais forte? As duas opções não são mutuamente excludentes, já que o Cartalismo, ao contrário de atestar virtudes, expunha a face violenta das relações econômicas do estado.

Weber sabia que a economia é formalmente pacífica, mas “apesar disso, a ordem econômica é garantida em última instância pela ordem política e, por conseguinte, ‘por trás de toda ordem econômica há e deve haver o uso da coerção’” (SWEDBERG, 2005, p. 109). Essa coerção se expressa, para o Cartalismo, na possibilidade de o Estado taxar seus cidadãos e receber um comportamento desejado, “we must understand that the purpose of taxation is to get people to work and produce for the state” (BELL, 2001, p. 155). Exatamente como ocorreu em Yap, ao estabelecer uma dívida o Estado obrigou os ilhéus a fornecer trabalho na construção de estradas. A origem do dinheiro está no poder de um agrupamento político exigir obrigações da população, como tributos. O caso observado em Yap não é, portanto, meramente anedótico, relatos similares ocorreram em várias épocas e lugares e com muita violência. É como no Egito antigo, descrito por Weber da seguinte forma:

Sabemos como se fazia uma arrecadação de impostos no Egito: os funcionários chegavam inesperadamente, as mulheres começavam a chorar e logo começava uma fuga geral e uma caçada; os que tinham de pagar impostos eram perseguidos, espancados e torturados até pagarem o que era exigido pelos funcionários, que eram responsáveis por cotas baseadas no cadastro oficial. Essa era a face que o Estado tinha para os camponeses do Oriente Próximo, a mesma que mostra para os camponeses russos dos tempos modernos (WEBER, *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations* apud SWEDBERG, 2005, p. 112).

O ponto fundamental da análise é que o Estado não tem motivo para acumular notas de papel ou metais preciosos, a taxação serve para obter trabalho compulsório, “[...] the state wants bridges, armies, etc. and gets the private sector to produce them by imposing taxes.” (BELL, 2001, p. 155). Ao exercer o poder de taxação o Estado obtém da população recursos estratégicos e escassos por meio de ameaça de privações e punições severas.

Este é um breve resumo do debate sobre a história do dinheiro. Com as informações disponíveis até agora, não é possível contar uma única história do dinheiro, nem mesmo a “verdadeira” história do dinheiro. Porém, é possível examinar

as diferentes versões construindo uma narrativa hipotética e estilizada fundamentada nos argumentos das duas principais correntes¹².

Suponha que um interventor colonial qualquer fosse designado para uma ilha com o objetivo de construir diversas instalações. Previamente, sabe-se que essa é uma sociedade em pleno funcionamento há milhares de anos, capaz de fornecer aos seus membros recursos mais do que suficientes para alimentação, vestuário e moradia. Numa narrativa metalista, imagina-se que o interventor leve consigo objetos de valor intrínseco, como ouro e prata, para realizar pagamentos a quem for trabalhar nas obras projetadas e de interesse da metrópole. Confiante na “natureza humana” de buscar o próprio interesse maximizando a acumulação privada, prontamente ele anuncia vagas de trabalho remunerado para os habitantes locais, assim como se faz em sua terra natal. Para sua surpresa, nenhuma delas é preenchida. Seguindo os manuais de economia que trouxe de seu país, resolve então aumentar a taxa de salários para expandir a oferta de trabalho, mas assim mesmo não obtém sucesso. Convencido de que a população local é formada por preguiçosos e avessos ao trabalho, lembrando que eles eram extremamente bem-sucedidos em garantir sustentos a todos muito antes da sua chegada, o interventor pede que se enviem forças expedicionárias da metrópole para instaurar um regime de trabalho forçado. Certamente o desfecho dessa história não é feliz.

Mas outra narrativa é possível. O interventor poderia cobrar de cada cidadão adulto uma quantidade, estabelecida unilateralmente, de moedas. É claro que se fosse exigido dos habitantes uma quantidade *X per capita* de dólares, libras ou reais, perceber-se-ia imediatamente que a população não dispõe dessas moedas. Nesse caso, uma vez que tenha poder de estabelecer tributos, o interventor só precisa definir como obter as moedas necessárias para pagar os tributos. Ele pode definir que o tributo deve ser pago em \mathfrak{L} , uma moeda própria, numa quantia de 20 \mathfrak{L} todo mês. Da mesma forma, poderia estipular uma tabela de remuneração para cada atividade, 10 \mathfrak{L} por dia de trabalho na construção da estrada, 12 \mathfrak{L} no fornecimento de alimentos e assim por diante. Nota-se que não há necessidade de se trazer da metrópole qualquer ativo financeiro ou metais preciosos, basta que o poder estatal defina um tributo. Assim, a população dominada passa a demandar \mathfrak{L} e ofertar trabalho automaticamente. Uma vez estabelecida essa relação, o dinheiro local

¹² Esse procedimento é utilizado pela teoria da moeda guiada por tributos (WRAY, 2003, p. 75–79).

poderia ser representado fisicamente por qualquer papel-moeda, sem a necessidade de lastro. O Estado poderia imprimir fotos de animais em risco de extinção com valores de face diferenciados e uma marca d'água, atestando sua legalidade, que os habitantes aceitariam prontamente, pois precisam de \mathfrak{A} para se livrarem da dívida com o Estado.

O interessante é que a população nem mesmo precisa dispor de conhecimentos de economia, nem estar acostumada aos mecanismos de mercado, para que o sistema funcione. A economia monetária funcionará a contento se a dominação do Estado, baseado na força legítima, estiver operando regularmente. Pode ser que, entre os habitantes, nenhuma troca de mercadorias fosse realizada antes do surgimento do dinheiro colonizador.

O Interventor poderia estabelecer o valor do \mathfrak{A} em qualquer taxa de conversão que quisesse: 5, 10 ou 15 \mathfrak{A} por dia trabalhado. O que importa para o Estado é encontrar a taxa de remuneração que, já estabelecido o valor do tributo, lhe forneça o esforço de trabalho desejado. Se o governo estiver recebendo uma quantidade abaixo do adequado para realizar as obras que planejou, pode-se aumentar a obrigação tributária, ou diminuir a remuneração por dia trabalhado, nos dois casos ocorrerá ampliação na oferta de mão de obra, sendo o contrário igualmente verdadeiro.

A principal conclusão econômica desse mecanismo é que o governo não tem necessidade de acumular \mathfrak{A} que são pagos regularmente pelos contribuintes. Ao contrário, a população realiza sacrifícios para obter \mathfrak{A} porque deve pagar tributos. Isso significa que o governo não precisa se preocupar em obter superávits nem em evitar déficits fiscais, a garantia do seu "financiamento" é a capacidade de exigir tributos. Na prática, é até esperado que a população passe a querer obter \mathfrak{A} além do imprescindível em um mês para, por exemplo, pagar tributos no futuro ou compensar perdas acidentais de \mathfrak{A} esquecidas em frestas do sofá ou destruídas na lavanderia. Com isso, naturalmente, o governo estaria emitindo mais \mathfrak{A} do que receberia naquele mês. Com o tempo, a dívida do Estado cresceria na proporção que os contribuintes desejassem acumular \mathfrak{A} - quanto maior a poupança privada, maior a dívida pública.

A monetarização da sociedade poderia induzir algumas trocas privadas. Um indivíduo, pouco à vontade com atividades de construção de estradas, poderia ofertar aulas de canto aos seus vizinhos em troca de alguns \mathfrak{A} que esses tenham acumulado além do necessário. Mercados privados poderiam se desenvolver

permitindo que ofertantes de diferentes atividades também recebam \mathfrak{L} , mas sem necessariamente trabalharem para o governo. E os que já ocupam as vagas ofertadas pelo governo poderiam buscar mais \mathfrak{L} para demandar mercadorias e serviços privados e aumentar seu padrão de vida¹³.

Mas uma vez que o monopólio de emissão de \mathfrak{L} é do Estado, e que para obtê-lo é preciso ofertar “trabalho útil” para o mercado ou para o Estado, é possível que alguns indivíduos não encontrem atividades remuneradas. O desemprego, problema que possivelmente não afligia essa sociedade até então, pode se desenvolver caso o Estado não providencie uma política de pleno emprego. Como o custo para o governo emitir \mathfrak{L} é quase nulo (depende apenas do custo de imprimir novas fotos de animais ameaçados) não há impedimentos econômicos para empregar todo cidadão disposto a ofertar algum tipo de trabalho.

Se, em outro caso, se descobrisse que a população tem ofertado trabalho demais, e.g., desempenhado atividades por mais de 8h por dia, o governo poderia reduzir o valor cobrado por tributo para reduzir a oferta de trabalho. Isso teria vários impactos na arrecadação do governo. Contudo, o governo não seria capaz de estabelecer um parâmetro máximo ou mínimo para seu dispêndio. Seja pela soma do total de \mathfrak{L} emitidos ou pela proporção entre a dívida e tudo que foi produzido pela economia local, essas informações não proporcionam nenhum dado útil. Novamente, só interessa ao governo da colônia ser capaz de obter bens e serviços da população e assegurar que esses não ofertem trabalho nem demais, nem abaixo do necessário.

A segunda narrativa, tipicamente cartalista, possui muito mais paralelos com registros históricos, como o de Yap. Governadores coloniais reais descobriram como obter trabalho compulsório via tributos, como na colonização inglesa da África Central, a colonização francesa da África Ocidental, e muitas outras (WRAY, 2003, p. 79–83). Segundo evidências arqueológicas, essa também foi a forma segundo a qual a economia ocidental conheceu o dinheiro, não pela troca, mas por relações de dívida e poder:

¹³ Não há qualquer evidência histórica de que a simples tributação é suficiente para criar economias de mercado. Historicamente, a passagem de uma economia comunitária para uma economia privada de mercado só se estabeleceu via violentas revoluções sociais. Apenas quer se argumentar que o dinheiro como meio de pagamento antecedeu o dinheiro mediador de troca. “O ponto importante é que a ‘monetização’ não surgiu de escambo, e nem exigiu ‘confiança’ – como contam muitas histórias a respeito das origens da moeda” (WRAY, 2003, p. 83).

Atualmente o dinheiro apresenta, sobretudo, duas funções: por um lado, serve como meio legal de pagamento e, por outro, como meio comum de troca. Destas duas funções, o meio legal de pagamento é a mais antiga. Nesta fase, o dinheiro nada tem a ver com a troca. A aquisição desta peculiaridade se tornou possível desde o momento em que uma economia sem trocas conheceu também prestações econômicas, as quais, sem basear-se na troca, requeriam, entretanto, um meio de pagamento: tributos, presentes aos chefes, preço da noiva, dotes, multas, castigos etc. Em suma: prestações que exigiam determinados meios de pagamento. [...] Em Cartago, e, de modo geral, em todo o império persa, a cunhagem de moeda era, exclusivamente, feita para arbitrar meios de pagamento de caráter militar, não como meio de troca (WEBER, 2006, p. 226).

Essas são evidências mais que suficientes para considerar o Estado, que é um agrupamento político fundado na força, intimamente ligado ao poder econômico. A relação de poder do dinheiro concede ao governante possibilidade de desfrutar de um poder único na história. “O modo de produção capitalista é essencialmente baseado na acumulação infinita e no crescimento ilimitado. Outras formações sociais, em algum ponto histórico ou geográfico, chegaram a um limite e, quando isso ocorre, desmoronam” (HARVEY, 2013, p. 78). O Império Romano expandiu seu território até onde pôde; senhores feudais acumularam terras até onde conseguiram, até que pereceram. Mas o moderno Estado capitalista pode expandir seus gastos até obter o nível de sobre trabalho que desejar, o poder social que o dinheiro proporciona não tem limites.

Nesse item, procurou-se evidenciar o viés político da teoria econômica. Se a teoria passa a legitimar comportamentos políticos, ela mesma passa a respeitar a lógica da política. A ciência e a tecnologia não estão acima dos indivíduos, elas são produtos desses. Não representam a verdade absoluta e muitas vezes são coniventes com proposições políticas, seja por interesse próprio ou de classe. A questão pode ser resumida no seguinte argumento: “Domestic or, international, policy target or regulatory framework, there are no “neutral” choices about Money. Rather, every macroeconomic phenomenon and monetary policy has significant, inevitable differential and political implications” (KIRSHNER, 2003, p. 657).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões parciais obtidas nesse trabalho partiram da premissa, muitas vezes contestada, de que existe uma relação estreita entre economia e política. No âmbito do concreto isso se manifesta na metamorfose da esfera privada em esfera pública. O equívoco em separar o Estado da economia é não perceber que ele é, principalmente na atualidade, fundamental para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Para além da explicitada relação metabólica entre antivalor (fruto do Estado; não busca a mais-valia) e valor (do mercado privado; busca a mais-valia e o lucro), há também na produção acadêmica uma indissociável valoração política da teoria. Seja porque o seu saber lhe concede “prestígio, estima e retorno pecuniário”, seja porque a fé quase religiosa na tecnocracia produz cientistas com poder de decisão, é certo afirmar que isso apenas confirma que os valores e visões sociais de mundo têm interferido não só na seleção do objeto da pesquisa, mas em todo processo de produção do conhecimento, inclusive nas conclusões.

Apesar de se saber há muito tempo que um orçamento equilibrado, no qual déficits temporários são compensados por superávits, é a possibilidade teórica e prática mínima sustentável e que apenas se impõem restrições fiscais desnecessárias e impraticáveis, o mito do Estado doméstico, *dono-de-casa*, persiste. Essa miopia se sustenta por razões teóricas, como já foi afirmado, e também extrateóricas, i.e., por motivos políticos. Os eleitores, majoritariamente leigos em economia, condicionaram-se a recusar políticos gastadores, temendo a falência fiscal do Estado. Os candidatos, sejam eles versados ou não nas artes fiscais, sustentam a espiral da mentira porque é isso que os eleitores querem ouvir¹⁴ e reafirmam o compromisso com as políticas de responsabilidade fiscal:

The myths about national debt persist in part because of lack of understanding of how public finance is inherently different from business or personal finance. Unlike private debt, the national debt is both an asset and a liability of virtually all the people. Political leaders have perpetuated the myths largely because it has been “politically correct” to do so. So long as the voters want to believe the myths, politicians will tell them what they want to hear (CAVANAUGH, 1996, p. 122).

¹⁴ “Yet the apparent major reason why politicians continue to perpetuate these myths is simply that they have concluded that this is what voters want to hear” (CAVANAUGH, 1996, p. 120).

A motivação política do cientista e a busca por legitimidade científica do político se retroalimentam. Pode ser que as ciências da natureza tenham conquistado certo grau de autonomia do campo político. Um engenheiro químico provavelmente estranharia se fosse questionado sobre o espectro partidário ou sobre o posicionamento de classes das suas análises acerca da modelagem do escoamento de fluidos em meios porosos, mas não é assim na sociologia e, certamente, não é assim na economia. Ainda que alguns economistas se esforcem por fazer crer no contrário:

Devemos admitir que toda doutrina econômica que não é formalismo trivial encerra julgamentos políticos. Mas seria a pior loucura possível escolher as doutrinas que desejamos aceitar por seu conteúdo político. É loucura rejeitar uma análise porque não concordamos com o juízo político do economista que a apresenta. Infelizmente, essa abordagem da Economia é muito comum. A escola ortodoxa foi em grande parte estultificada pela rejeição de aprender com Marx. Porque não gostam de sua política, eles só se voltam para sua Economia para mostrar alguns de seus erros, esperando que, ao refutá-lo em certos pontos, venham a tornar inócua sua doutrina política (ROBINSON, 1979, p. 93).

Quando se apresentam hipóteses diferentes, nas ciências naturais, normalmente a seleção entre a mais correta se dá pelo confronto teórico direto e discussão racional dos pressupostos e conclusões. Mas no terreno das ciências sociais não se costuma obter entendimento consensual sobre questões contraditórias, a discussão sobre a teoria do dinheiro tem mais de um século e não parece findar tão cedo. Já a contestação de Galileu a respeito do postulado religioso do Santo Ofício, sobre o movimento celestial do planeta Terra, há muito tempo foi resolvida (LÖWY, 2015, p. 85–86).

Em sociedades complexas, como nas democracias modernas, o governante não consegue dominar nem uma fração de todo conhecimento útil para a tomada de decisões referentes a atribuições do seu cargo. Como consequência, ele é obrigado a confiar cada vez mais em assessores especializados que não foram escolhidos democraticamente. Ao invés de ditadura do proletariado encaminha-se a formação da ditadura dos escritórios (*bureau*). Achar que o discurso técnico é sempre objetivo e apolítico é uma crença bastante contestável, afinal, a sociedade não é um rio que o cientista observa da margem. Nem sempre a condução de políticas econômicas por economistas tem bons resultados:

A execução de boas práticas econômicas não requer bons economistas. Os burocratas econômicos que têm tido mais êxito não são em geral economistas. Durante os seus anos “milagrosos”, as políticas econômicas do Japão e (em menor grau) da Coreia foram dirigidas por advogados. Em Taiwan e na China, as políticas econômicas têm sido conduzidas por engenheiros. Isso demonstra que o sucesso econômico não necessita de pessoas bem treinadas em economia – especialmente se for do tipo do livre mercado (CHANG, 2013, p. 328–329).

Dáí a necessidade de se estudar economia “para aprender a evitar ser enganado por economistas” e assim poder democratizar as decisões econômicas do Estado. O conceito de fundo público faz refletir sobre quais interesses são defendidos atualmente. Essa teoria só vem a contribuir com a visão cartalista que demonstra não haver impedimentos econômicos para os governos, com o monopólio de emissão, gastarem o necessário para solucionar o problema do desemprego involuntário. Também demonstra que o orçamento “cobertor curto”, que precisa retirar investimentos da educação para investir na saúde, etc., não corresponde à verdadeira dinâmica fiscal do Estado capitalista.

A questão, então, é saber a quem serve o conhecimento produzido. Não se deve esquecer que ideologias pertencem a uma classe numa dada realidade histórica, elas não existem no abstrato. No século XVIII, devido a vários contextos históricos, tentou-se divorciar teoria e prática, mas “a separação entre teoria e ação é, na verdade, uma criação do mundo moderno. Os grandes filósofos gregos jamais a aceitaram” (COMPARATO, 2007, p. 10). Marx entendia muito bem como essas esferas estavam inter-relacionadas:

[...] num manuscrito curiosamente ignorado com frequência pelos marxistas, o jovem Marx, a propósito da filosofia do direito de Hegel, não hesitou em dizer que o verdadeiro pensamento crítico “não é uma simples paixão da cabeça, mas, ao contrário, a cabeça da paixão”; paixão se chama *indignação*, e cuja obra essencial é a *denúncia*. Sem dúvida, acrescentou, “as armas da crítica não substituem a crítica das armas, e a força material deve ser derrubada pela força material; mas a teoria torna-se ela também, força material, quando toma conta das massas. A teoria é capaz de comover as massas, quando faz sua demonstração *ad hominem*, e ela a faz a partir do momento em que se torna radical” (COMPARATO, 2007, p. 11–12).

Weber também demonstrou como as esferas política e econômica se relacionam a partir do financiamento das organizações políticas dirigentes, sendo inclusive uma forma de verificar o processo de racionalização crescente na sociedade. O Estado moderno, assim como a sociedade moderna, é diferente das sociedades nas quais simplesmente se gastava o que estava disponível no

momento (SWEDBERG, 2005, p. 113). O orçamento racional é uma marca da burocracia contemporânea.

Quem não estiver disposto a falar sobre política, não tem nada a dizer sobre economia.

Money Rules – now more than ever – but those rules serve political masters. The contemporary salience and excitement of huge, influential financial markets has obscured this underlying, formative and consequential political reality. In their disparate inquiries, **students of money in general and political scientists most particularly must return to that basic starting point – money is politics** (KIRSHNER, 2003, p. 657, grifo nosso).

Esse trabalho teve por escopo verificar como diferentes pensadores entendiam o viés político das decisões econômicas do Estado. Partiu-se do princípio de que as interpretações neoliberal e monetarista são insuficientes para compreender a dinâmica atual do estado capitalista. Afinal, não se estaria perdendo uma dimensão real importante da ação estatal ao separá-la em esfera política e esfera econômica?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima e DANTAS, Eric Gil e BALANCO, Paulo Antônio de Freitas. **“Gestão” da dívida pública e bloco no poder: uma análise comparativa entre os governos FHC, Lula e Dilma**. Outubro, v. 25, p. 141–172, Mar 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).

BELL, Stephanie. **The role of the state and the hierarchy of money**. Cambridge Journal of Economics, v. 25, n. 2, p. 149–163, 1 Mar 2001.

CAVANAUGH, Francis X. Cavanaugh. **The truth about the national debt: five myths and one reality**. Boston, Mass.: Harvard Business School Press, 1996.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Tradução Claudia Gerpe Duarte. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M. **Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 71, p. 143–153, Out 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. Prefácio. FERNANDES, F. **Que tipo de república?** Obras reunidas de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007. p. 9–18.

DICKENS, Charles. **Dombey and Son**. Londres: Bradbury and Evans, 1848.

FILHO, Fernando Ferrari. **A moeda internacional na economia de Keynes**. Ensaios FEE, v. 15, n. 1, p. 98–110, 1994.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Tradução Luís Cláudio de Castro E Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

FRIEDMAN, Milton. **Episódios da história monetária**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda: de onde veio, para onde foi**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2. ed. São Paulo: Novos Ubrais, 1983.

GRAEBER, David. **Dívida. Os Primeiros 5.000 Anos**. Tradução Rogério Bettoni. Edição: 1ª ed. [S.I.]: Três Estrelas, 2016.

HARVEY, David. **Para entender O capital livro I**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

IRWIN, Douglas A. **The Nixon Shock after Forty Years: The Import Surcharge Revisited**. Working Paper, nº 17749. [S.I.]: National Bureau of Economic Research, Jan 2012. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w17749>>.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda ; Inflação e deflação**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

KIRSHNER, Jonathan. **Money Is Politics**. Review of International Political Economy, v. 10, n. 4, p. 645–660, 2003.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social elementos para uma análise marxista**. 20. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução Antônio Carlos Braga. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009.

OLIVEIRA, Francisco De. **A economia política da social-democracia**. Revista USP, v. 0, n. 17, p. 136–143, 30 Maio 1993.

ROBINSON, Joan. **Contribuições à economia moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ROBINSON, Joan. **Marx, Marshall, and Keynes**. [S.I.]: Delhi School of Economics, University of Delhi, 1955.

SOUZA, Nelson Rosário De. **Sociologia política**. Curitiba: IESDE BRASIL SA, 2009.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a idéia de sociologia econômica**. Tradução Dinah Abreu Azevedo. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/Beca Produções Culturais, 2005. v. 5. (Economia e sociedade).

UHLIG, Mark A. **Jesse Unruh, a California Political Power, Dies**. The New York Times, 6 Ago 1987. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1987/08/06/obituaries/jesse-unruh-a-california-political-power-dies.html>>. Acesso em: 12 jan 2018.

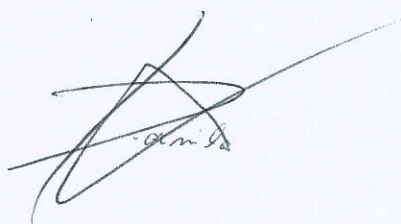
WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. Tradução Leonidas Hegenberg; Octany Silveira Da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **História geral da economia**. Tradução Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2006.

WRAY, Larry Randall. **Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços**. Tradução José Carlos De Assis. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando à obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right. The signature is somewhat stylized and difficult to read, but appears to be a personal name.